

As Regiões Ultraperiféricas do Atlântico e a Segurança e Defesa da Europa

Cláudio Borges Almeida

Universidade dos Açores (Mestrando)

O Tratado que instituiu a Comunidade Europeia designou como regiões Ultraperiféricas (RUP) sete regiões pertencentes a três Estados membros. Os quatro Departamentos Ultramarinos franceses – dois deles, os das ilhas Guadalupe e Martinica, situados no Mar das Caraíbas; a Guiana francesa, que é um território continental na costa atlântica da América do Sul, a norte do Brasil, e a ilha de Reunião, situada no oceano Índico, a leste de Madagáscar. A região autónoma espanhola das ilhas Canárias, localizada no oceano Atlântico, a oeste de Marrocos, e as duas regiões autónomas portuguesas, a da Madeira e a dos Açores, também situadas no Atlântico norte. A da Madeira mais a sul e a norte das Canárias, e a dos Açores, como ponto mais ocidental da Europa, a 1.200 Km a noroeste da Madeira e a cerca de 2.000 Km da Península Ibérica.

O seu estatuto de Ultra-periferia, bem como o reconhecimento do seu atraso estrutural e a adopção de medidas específicas contempladas na declaração anexa ao Tratado, motivou a União Europeia, através do Conselho, a instituir uma série de programas específicos e de quadros de apoio adequados a essas regiões, como forma de combater as limitações que as caracterizam.

Afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis e dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, são condicionalismos que afectam a economia das regiões ultraperiféricas.

Na realidade, as RUP caracterizam-se pelo seu afastamento do continente europeu, por terem um PIB per capita bastante inferior ao da média comunitária, taxas de desemprego consideráveis e algumas situações de sub emprego; um sector primário ainda muito dependente dos modelos tradicionais, elevados custos complementares de abastecimento e de transportes que limitam a entrada e saída de mercadorias e de pessoas.

Apesar destas limitações, para as quais se espera o êxito dos programas comunitários de compensação e de coesão, que obrigam ao empenho dos Governos nacionais e regionais no bom aproveitamento dos respectivos apoios financeiros, as RUP poderão representar uma mais valia num conceito de defesa estratégica da Europa. É uma destas regiões que melhor se adapta à defesa da Europa Ocidental é as ilhas açorianas.

Os Açores sempre desempenharam um importante papel na política de segurança e defesa do Atlântico, da Europa e dos Estados Unidos.

Na Primeira Guerra Mundial, quando os alemães pretendiam controlar o Atlântico, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos reconhecem o grande valor estratégico dos Açores para a política de defesa e liberdade de navegação. É com o ataque de um submarino alemão ao porto de Ponta Delgada que se intensificam as negociações e o governo português autoriza o estabelecimento de uma base naval americana nos Açores, para ser utilizada durante a guerra no apoio aos comboios marítimos americanos em direcção à Europa.

Na II Guerra Mundial, novamente as duas potências aliadas (Estados Unidos e Reino Unido) elegem os Açores como parte fundamental no apoio ao auxílio dos Estados Unidos à Europa. Norte-americanos e ingleses instalam-se nos Açores, com duas bases aéreas e uma naval, factor decisivo para que aviões e navios de superfície atacassem os submarinos alemães que demandavam o Atlântico.

Sucessivamente, nas guerras que os Estados Unidos tiveram no Afeganistão – 1979/1984; no Golfo, com a intervenção no Kuwait – 1990/1991, na invasão do Iraque de há quatro anos, e no recente conflito entre Israel e o Líbano, a base aérea que os

americanos possuem nos Açores foi e continua a ser fundamental para a política de defesa dos Estados Unidos, fora do seu território.

Os Açores na futura estratégia de defesa da União Europeia.

Se o grande factor da união dos povos europeus teve por base a resolução de problemas chave como o comércio e a paz, que contribuíram para o desenvolvimento harmonioso e sustentável da sociedade europeia, a Europa actual precisa resolver os seus problemas políticos, unir-se e desenvolver a sua própria estratégia de segurança e defesa.

Com um possível desinteresse dos Estados Unidos no apoio à defesa da Europa, motivado por problemas de ordem interna, dos quais se poderiam indicar, como eventuais cenários:

Um ataque de grandes dimensões ao seu território (Pearl Harbor e o 11 de Setembro aconteceram inesperadamente);

Um ataque nuclear de país inimigo, provocando anarquia total;

Uma grande crise económica, em resultado da concorrência da China, Japão, Coreia e outros; ou,

Uma mudança radical na sua política externa, provocando a retirada das forças americanas estacionadas na Europa e o desinteresse pela NATO, em consequência dos muitos milhares de cidadãos americanos mortos nas mais recentes guerras – da Coreia (1950-1953), do Vietname (1963-1975), e no Iraque, que continua a causar muitas baixas – ficando a Europa desprotegida, e passando a ser a zona do Atlântico a mais vulnerável.

É nessa estratégia de segurança e defesa da UE que as RUP do Atlântico constituem a fronteira da defesa da Europa Ocidental. Nesse contexto, as ilhas atlânticas dos Açores continuarão a ser tão importantes para a política geoestratégia da Europa como o foram até aqui para os Estados Unidos da América.

Por isso, Portugal precisa ter habilidade para, na sua qualidade de Estado-Membro, tirar os proveitos adequados, garantindo a continuação das políticas comunitárias de compensação à especificidade das suas Regiões Autónomas como regiões ultraperiféricas da Europa.